

RESOLUÇÃO FEV Nº 71, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025

(Regulamenta a concessão de patrocínios pela Fundação Educacional de Votuporanga – FEV e suas unidades mantidas e estabelece orientações complementares)

CELSO PENHA VASCONCELOS, Diretor Presidente, e **ADAUTO CERVANTES MARIOLA**, Diretor 1º Tesoureiro, da Fundação Educacional de Votuporanga, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando a deliberação do Conselho de Curadores em reunião realizada em 15/12/2025:

RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Regulamentar a concessão de patrocínios pela Fundação Educacional de Votuporanga (FEV) e suas unidades mantidas.

Art. 2º Para efeitos desta Resolução, considera-se:

I - Patrocínio: A aquisição de direitos para associação da imagem/marca da UNIFEV a projetos, ações ou eventos de terceiros, por meio de contrato, visando alcançar objetivos de comunicação institucionais e/ou mercadológicos, em alinhamento com a missão e os valores educacionais da Fundação, bem como o posicionamento da marca.

II - Proponente/Patrocinado: A pessoa física ou jurídica que detém a titularidade ou os direitos de realizar e/ou comercializar o projeto de patrocínio.

III - Projeto de Patrocínio: O documento apresentado pelo proponente contendo justificativas, objetivos, características, públicos envolvidos, condições financeiras, cotas de participação e as contrapartidas oferecidas à UNIFEV.

IV - Estudo Técnico Preliminar (ETP): Documento de análise interna da FEV, elaborado pela área técnica da FEV (Setor de Marketing e Comunicação), que fundamenta a vantajosidade, o alinhamento estratégico e a equação custo/resultado da proposta.

V - Contrato de Patrocínio: O instrumento jurídico para formalização do acordo, direitos e obrigações entre a FEV (Patrocinadora) e o Proponente (Patrocinado).

VI - Contrapartida: A obrigação contratual do patrocinado que expressa os direitos adquiridos pela FEV, tais como a divulgação da marca, benefícios de natureza institucional/negocial, permissão para atuação junto aos públicos e/ou outras práticas voltadas a objetivos de comunicação institucionais e/ou mercadológicos.

VII - Comissão de Análise de Patrocínios (CAP): Comissão interna, de caráter consultivo, responsável pela análise técnica e recomendação sobre a viabilidade dos projetos de patrocínio.

Art. 3º Não serão considerados como patrocínio para os fins desta Resolução, devendo ser tratados conforme legislação e regulamentos específicos:

I - A cessão gratuita de recursos humanos, materiais, bens, produtos e serviços.

II - A doação de qualquer tipo, que será regida pela legislação específica (Lei nº 13.019/2014 ou normas de convênio), sendo vedada a doação pura e simples, sem plano de trabalho e prestação de contas específica.

III - O apoio a projetos de caráter político-partidário ou religioso.

Parágrafo único. A permuta de materiais, bens, produtos ou serviços pelo direito de divulgar marcas, conceitos e/ou *slogans* será considerada patrocínio quando os referidos recursos forem valorados financeiramente, configurando cota de patrocínio.

Art. 4º Para a concessão de patrocínio, a FEV deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, e probidade administrativa, bem como os demais dispostos na Lei nº 14.133/2021 e na legislação correlata, e terão como objetivos:

I - O fortalecimento e posicionamento da marca UNIFEV, associando-a a valores positivos perante a comunidade;

II - A promoção direta dos cursos de suas unidades de ensino mantidas, visando a captação de alunos;

III - O apoio a projetos que sirvam de vetor estratégico para o fortalecimento da marca institucional e a captação de alunos, ainda que realizados em contextos culturais, esportivos ou sociais;

IV - A demonstração da equação custo/resultado, indicando os benefícios ao interesse institucional da FEV.

Art. 5º É vedada a concessão de patrocínio:

I - A proponente que esteja em situação de irregularidade fiscal, social, trabalhista ou previdenciária;

II - A projetos que impliquem em promoção pessoal de dirigentes ou agentes públicos;

III - A projetos apresentados fora dos prazos e condições definidos neste Regulamento.

CAPÍTULO II

DO PLANEJAMENTO E CRITÉRIOS DE ESCOLHA

Art. 6º O planejamento das ações de patrocínio da FEV deverá ser elaborado em sintonia com seus objetivos e diretrizes estratégicas.

Art. 7º Na análise e escolha dos Projetos de Patrocínio, a FEV deverá considerar a oportunidade, conveniência e vantajosidade para a Fundação, observando, no que couber, os seguintes princípios e critérios, além dos definidos no planejamento:

I - **Aderência Institucional:** Alinhamento do projeto com as áreas de atuação da FEV e suas mantidas, sua missão educacional/institucional, valores e temáticas estratégicas.

II - **Sustentabilidade e Acessibilidade:** Promoção de ações de sustentabilidade e que contemplem a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

III - **Retorno de Imagem/Mercadológico:** Potencial de contribuição para o atingimento dos objetivos de comunicação institucionais e/ou mercadológicos, posicionamento da marca, engajamento de públicos e/ou agregação de valores positivos à marca UNIFEV.

IV - **Vantajosidade:** Oportunidade, conveniência e vantajosidade do projeto para a FEV, considerando a adequação do binômio custo-benefício.

Art. 8º A decisão sobre o valor do investimento deverá adotar critérios objetivos de avaliação da vantajosidade, considerando a equivalência entre as oportunidades proporcionadas (custo-benefício) e o valor do investimento, e não deve estar vinculada aos custos de execução do projeto pelo terceiro.

CAPÍTULO III DO PROCESSO DE ANÁLISE E APROVAÇÃO

Art. 9º Os Projetos de Patrocínio deverão observar o seguinte fluxo de análise e aprovação, após o protocolo da proposta:

I - **Proponente:** O proponente deverá protocolar a proposta de patrocínio, contendo as justificativas, objetivos, características, públicos, metodologia, condições financeiras, cotas de participação e as contrapartidas oferecidas para a FEV.

II - **Setor de Marketing e Comunicação:** Recebida a proposta, o Setor de Marketing e Comunicação deverá emitir parecer técnico sobre:

- a) A aderência da proposta com os objetivos de comunicação institucionais e as estratégias mercadológicas e institucionais da FEV.
- b) A análise da adequação do valor do investimento proposto em relação às contrapartidas e aos resultados esperados (binômio custo-benefício).
- c) Sugestão de aperfeiçoamento das contrapartidas visando maximizar os resultados.
- d) Elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) que deverá conter, no mínimo:
 - A justificativa da contratação, demonstrando o alinhamento do projeto aos objetivos estratégicos da FEV;
 - A análise de custo-benefício (a "equação custo/resultado"), detalhando o público-alvo, a visibilidade esperada da marca e o retorno mensurável (ex: projeção de matrículas, valor de mídia espontânea);

- A definição clara das contrapartidas exigidas;
- A análise de propostas alternativas, se houver;
- A estimativa do valor do patrocínio, com base em parâmetros de mercado ou, quando não for possível, em relação a propostas efetuadas a outros patrocinadores do evento.

III - Comissão de Análise de Patrocínios (CAP) especialmente designada: Após o parecer do Setor de Marketing e Comunicação, a proposta será enviada à Comissão, designada por ato do Diretor Presidente, para:

- a) Análise da conveniência, oportunidade e vantajosidade do patrocínio para a FEV;
- b) Verificação do alinhamento da proposta às políticas e diretrizes da Instituição;
- c) Análise sobre a viabilidade e o interesse institucional na concessão do patrocínio.

IV - Assessoria Jurídica: Após a deliberação da Comissão, o processo será encaminhado à Assessoria Jurídica para parecer jurídico obrigatório quanto à legalidade do processo e adequação da minuta contratual, em observância à Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

V - Diretor Presidente: O processo final, devidamente instruído com os pareceres técnicos, deliberação da Comissão e parecer jurídico, será submetido ao Diretor Presidente para a aprovação final e autorização da despesa.

CAPÍTULO IV

DO CONTRATO DE PATROCÍNIO E DAS CONTRAPARTIDAS

Art. 10 A formalização do patrocínio se dará por meio de contrato de patrocínio, constituído como instrumento jurídico necessário e suficiente.

Art. 11 O contrato de patrocínio deverá expressar claramente o acordo, os termos e as condições estabelecidas, bem como os direitos e as obrigações entre a FEV e o patrocinado.

§ 1º É vedada a contratação de patrocínio com intermediação de terceiro que não seja titular ou detentor dos direitos reais de realização e/ou comercialização do projeto/evento.

§ 2º O contrato deverá conter cláusulas expressas de compromisso com a ética e a integridade, obrigando o Patrocinado a respeitar a legislação trabalhista e ambiental, sendo taxativamente vedada a utilização de trabalho infantil, forçado ou análogo ao escravo, bem como a prática de atos lesivos à administração pública (Lei nº 12.846/2013) ou discriminatórios de qualquer natureza, sob pena de rescisão imediata e motivada do contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

§ 3º O contrato deverá conter, no mínimo, cláusulas que estabeleçam:

- I. O objeto, valor, dotação orçamentária e prazo de vigência;

- II. A descrição detalhada de todas as contrapartidas devidas à FEV/FREV;
- III. As obrigações das partes, inclusive emissão de Nota Fiscal/Recibo;
- IV. As cláusulas de prestação de contas, de pagamento e de rescisão;
- V. Os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
- VI. Demais exigências constantes no art. 92 da Lei 14.133/2021.

Art. 12 Como contrapartida mínima e obrigatória, deverá ser prevista a divulgação da marca/nome da UNIFEV em materiais promocionais ou peças de divulgação da ação patrocinada, seguindo as diretrizes e manuais de uso da marca da Fundação.

Art. 13 O contrato não é passível de prorrogação. A renovação de projetos será formalizada por meio de novo contrato, condicionada à prévia prestação de contas (devidamente aprovada pela FEV) do patrocínio anterior e à avaliação de seus resultados.

Art. 14 A liberação de quaisquer recursos fica condicionada à assinatura do contrato e à comprovação da regularidade fiscal do proponente.

Art. 15 O pagamento do patrocínio será efetuado em conformidade com o cronograma aprovado e estabelecido no contrato, observadas as seguintes regras:

I - Regra Geral: A liberação do valor total do patrocínio fica condicionada à comprovação prévia, pelo Proponente, do cumprimento integral de todas as contrapartidas pactuadas, mediante apresentação e aprovação do Relatório de Execução.

II - Exceção (Adiantamento): Mediante justificativa fundamentada e autorização expressa da Presidência, poderá ser concedido um adiantamento de até 50% (cinquenta por cento) do valor do patrocínio, devendo tal excepcionalidade ser justificada pelas práticas de mercado ou necessidade do evento.

III - Saldo Remanescente: Nos casos em que houver o adiantamento previsto no Inciso II, o pagamento do saldo restante fica obrigatoriamente condicionado à comprovação final e integral de todas as contrapartidas pelo Proponente, reservado o período mínimo de 5 (cinco) dias úteis para processamento da despesa/pagamento.

CAPÍTULO V

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Art. 16 A FEV irá designar um colaborador do Setor de Marketing e Comunicação para acompanhar e fiscalizar o adequado cumprimento das cláusulas do contrato de patrocínio.

Art. 17 Para a prestação de contas, a FEV exigirá do patrocinado, exclusivamente, a comprovação da realização da ação patrocinada e o cumprimento integral das contrapartidas

previstas em contrato, por meio de Relatório de Execução e Prestação de Contas, que deverá ser entregue em até 10 (dez) dias úteis após a realização do evento.

Parágrafo único. A verificação do adimplemento contratual compete ao Fiscal do Contrato, vinculado ao Setor de Marketing e Comunicação, o qual deverá analisar as evidências apresentadas e emitir Relatório Técnico de Conformidade, atestando a efetiva execução do objeto e o cumprimento das contrapartidas para fins de liquidação da despesa.

Art. 18 Na avaliação de resultados, o Setor de Marketing e Comunicação verificará, no que couber, o grau de atingimento dos objetivos de comunicação (institucionais e/ou mercadológicos) e a adequação do valor do investimento aos resultados obtidos (custo-benefício).

Art. 19 O processo, instruído, inclusive, com o Relatório de Execução do Proponente e o Relatório de Conformidade do Setor de Marketing e Comunicação será encaminhado à Controladoria para análise e parecer quanto à conformidade.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 A relação dos projetos patrocinados, com o nome do projeto, identificação do patrocinado e o valor do investimento, deverá ser mantida acessível a todos os interessados no sítio eletrônico da UNIFEV, resguardados os casos de confidencialidade devidamente justificados.

Art. 21 Os casos omissos, contraditórios e/ou inconsistentes serão dirimidos pela Presidência, ouvida a Assessoria Jurídica, quando couber.

Art. 22 Esta Resolução entra em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Fundação Educacional de Votuporanga, 16 de dezembro de 2025.

ADAUTO CERVANTES MARIOLA
Diretor 1º Tesoureiro

CELSO PENHA VASCONCELOS
Diretor Presidente